

Recesso Fiado

A Constituição determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias seja aprovada antes do recesso legislativo de julho. Não tendo sido, no entanto, aprovadas as LDOs de 1994 e 1995, os congressistas estão impedidos de fazer a revoada do meio do ano. Estariam, porque a solução foi o eufemismo do *recesso branco*, que é a debandada à sorrelfa: deputados e senadores simplesmente não aparecem. Bastou um acordo de liderança para aprovar projeto de resolução suspendendo as sessões da Câmara e do Senado por duas semanas. É só não comparecer, pois nada acontece.

Com o faz-de-conta, dispensa-se o comparecimento até o dia 19. Vão funcionar, em tese, a título de reparação, as comissões mistas (deputados e senadores) que cuidam do Orçamento e da MP do real. Como de hábito, ninguém vai protestar. A solução pretendeu ser mais formal, porém a escassez de presenças andava tão afrontosa que o deputado Inocêncio de Oliveira e o senador Humberto Lucena, que presidem mas não são obedecidos, desistiram da autoconvocação que salvaria as apariências. Para que, se não estão ameaçadas senão pelos próprios recalcitrantes?

Dois deputados se animaram a protestar contra o emoliente comando parlamentar de um Congresso que aceita sem protesto ser qualificado como a pior representação da História brasileira. O deputado Miro Teixeira estranha o que lhe parece a conivência para comprovar a tese da desnecessidade do Congresso ou esforço desconcentrado para reforçar os defensores da fujimoriização. Outro, o deputado José Genoino, adverte para o perigo do recesso de fato, que piora ainda mais o conceito dos políticos no ano em que tentam reeleger-se.

O atual Congresso começou mal e está acabando pior que a encomenda. O compromisso implícito nos mandatos que se esgotam era a formada de leis complementares à Constituição, que a

representação anterior acumulou por omissão. A maioria decidiu fazer a revisão constitucional prevista nas Disposições Transitórias, mas não moveu uma palha. Não foi capaz de dar andamento a um assunto do qual depende a sobrevivência da própria Constituição, que se mostrou inaplicável. Pior ainda foi não ter votado a fórmula para manter o quorum baixo e facilitar a revisão constitucional, sem a qual o país não irá longe. Quando precisar voltar ao assunto, terá de aprovar mudanças por maioria de três quintos, que só se consegue em crises ameaçadoras. Ou seja: mudança, nunca mais. É tempo de reconhecer que estamos na mira da crise institucional.

Nem leis complementares, nem revisão constitucional. Na verdade, nem o Orçamento deste ano foi aprovado. O Brasil está sendo governado pelo sistema de liberação de duodécimos, que é empírico e desmoralizante, enquanto o Congresso às escâncaras finge que está trabalhando e entra em recesso fiado em que ninguém vai protestar.

Quando o ruído se eleva das ruas, como protesto legítimo e saudável, fazem-se ouvir vozes que calaram antes e lembram que este foi o Congresso que fez o *impeachment* do primeiro presidente da República eleito pelo voto direto dos brasileiros em 30 anos. A deposição do presidente não foi, porém, um cheque em branco para o mesmo Congresso descumpriu tudo que era do seu elementar dever.

Se realizou a CPI da Corrupção, não pode fugir à CPI do Orçamento, e não foi capaz de fazer a limpeza completa da casa legislativa. Selecionou dúzia e meia de parlamentares a título de satisfação à opinião democrática, mas facilitou fugas e inocentou comprometidos. Até na moralização senadores e deputados fazem acordos lastimáveis. Só resta agora esperar que o eleitor faça a sua parte, compareça maciçamente às urnas e julgue com severidade aqueles que estão contando exatamente com uma grande abstenção eleitoral. Faltam só 90 dias.